



ESPECIAL

PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Analisar a história durante seu transcurso é um desafio e tanto, pois é difícil entender todos os desdobramentos sociais enquanto são vividos, daí ver-se o grande trabalho desenvolvido pelos editores André Bojikian Calixtre, André Martins Biancarelli e Marcos Antonio Macedo Cintra ao traçar um retrato do desenvolvimento do Brasil na atualidade e orientar as perspectivas futuras. Ganham contorno a questão da (des)industrialização, a exportação apoiada em commodities e o “modelo de desenvolvimento inclusivo”. Macedo Cintra explicita que é preciso construir uma nova trajetória de crescimento, que dependerá de um amplo programa de investimentos em infraestrutura e uma forte articulação governamental.

Rumos – O livro apresenta o “diagnóstico de uma época”, ao passo que também delinea algumas questões centrais que precisam estar na pauta da agenda de desenvolvimento do país nos próximos anos. Qual a contribuição que a obra, com sua característica diversa, pode dar a esse debate?

Marcos Antonio Macedo Cintra – A partir de uma perspectiva de economia política, o conjunto dos capítulos procura realizar um amplo panorama das principais características do desenvolvimento brasileiro contemporâneo: funcionamento do tripé macroeconômico, gestão da dívida pública, mecanismos de financiamento do investimento e da produção,



dinâmica da estrutura produtiva, regressão industrial, transformações no mercado de trabalho e no salário mínimo, políticas de distribuição de renda etc. Dessa forma, busca explicitar elementos para fomentar o debate em torno desses inúmeros desafios ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Tratou-se de um esforço coletivo de reflexão, desencadeado pela equipe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sob a liderança do professor Márcio Pochmann, que contou com a participação de professores de diversas universidades, da Rede Desenvolvimentista – formada por pesquisadores de distintas universidades coordenados pelo Centro de Estudos de Conjuntura e Política Eco-

Divulgação



nômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – e do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Rumos – Nos últimos dez anos, o Brasil promoveu mudanças importantes em seu modelo de desenvolvimento, tornando-o mais inclusivo. Em que pesem todas as inegáveis conquistas, quais os limites que o país encontrou na implementação desse modelo e como podemos superá-los?

Cintra – Na primeira década do século XXI, em âmbito internacional, houve uma enorme mudança de preços relativos: os preços das *commodities* subiram e os preços dos produtos industriais caíram com o acirramento da concorrência e a expansão das cadeias produtivas globais, articulando países com menores custos, inclusive salariais. Essa dinâmica favoreceu o agronegócio e a mineração brasileira, por um lado, e a reação modernizante e defensiva do setor manufatureiro, por outro, o que resultou em um vazamento crescente para o exterior, sobretudo para a Ásia, de uma parte relevante do impulso proveniente da expansão do mercado interno. Os capítulos de Ricardo Bielschowsky, Gabriel Squeff e Lucas Vasconcelos e de Marcelo Arend mostram que a indústria manufatureira brasileira foi se transformando em uma “maquiladora para dentro” – por meio da importação de peças, componentes e produtos finais, sobretudo do complexo eletroeletrônico, automotivo, farmacêutico e químico.

Essa perda de densidade da estrutura industrial, seu atraso tecnológico, a dificuldade de geração de empregos de melhor qualidade e de melhores salários, o esgotamento da capacidade de endividamento dos assalariados, resultaram em um arrefecimento do dinamismo da economia. Com isso, os desequilíbrios foram se acumulando e se explicitaram os limites do “modelo de desenvolvimento inclusivo”. A taxa de inflação passa a rondar o limite superior da meta; as altas taxas de juros ameaçam a atividade econômica e elevam o estoque da dívida pública; o balanço de pagamento apresenta elevado déficit em transações correntes, financiado por capitais voláteis; o enrijecimento do gasto público e a queda na arrecadação dificultam a expansão

das políticas de distribuição de renda e de expansão dos serviços públicos.

A superação requer a construção de uma nova trajetória de crescimento. Essa, por sua vez, parece depender da articulação de um amplo programa de investimento em infraestrutura – transporte, energia, saneamento básico, mobilidade urbana, inclusão digital – e em expansão dos serviços públicos – saúde, educação, habitação popular – capaz de impulsionar o investimento do setor privado (em velhos e novos setores produtivos) para o mercado interno e para o internacional.

Rumos – O Brasil vive um processo, há pelo menos três décadas, de perda da importância da indústria na economia. Há uma dificuldade de exportarmos produtos de maior valor agregado, por exemplo. Como reverter esse processo de desindustrialização? A inserção nas cadeias globais de valor é um caminho?

Cintra – O jornalista Sérgio Leo, em uma argumentação muito pertinente, afirmou: “Não se escolhe entrar numa cadeia global de produção. Criam-se condições para ser escolhido pelas grandes companhias que as controlam”. Nesse sentido, o sistema tributário, os custos trabalhistas, a rede de infraestrutura e logística, o regime de comércio assumem papéis preponderantes, nos quais o país apresenta grandes dificuldades.

Todavia, as maiores multinacionais – líderes das cadeias produtivas globais – estão instaladas no país. Dificilmente, portanto, a inserção nessas redes globais de produção resultará de processos automáticos ou de mercado. Vale dizer, exigem a coordenação de diversos instrumentos – política industrial, de comércio exterior, de inovação tecnológica, de mecanismos de financiamento de longo prazo etc. – públicos e privados. Talvez, em alguns casos, até requerem a construção de empresas estatais, dados os elevados custos e riscos envolvidos.

Seria importante também promover o aprofundamento da integração brasileira na América do Sul, por meio da arti-

culação de cadeias produtivas regionais. Essa estratégia irá requerer o desenho de uma política regional de compras governamentais e a definição de um padrão de financiamento da integração, seja pela implementação do Banco do Sul, seja pelo fortalecimento da Corporação Andina de Fomento – agora, Banco de Desenvolvimento da América Latina.

Rumos – Como recuperar o papel do investimento para o crescimento da economia? Concretamente, considera ser possível avançarmos para um modelo em que os financiamentos de longo prazo sejam concedidos por outros atores, que não apenas os bancos públicos?

Cintra – Apesar de inovações institucionais relevantes, tais como a letra financeira, as debêntures de infraestrutura, o financiamento do investimento brasileiro persiste caro, escasso e com prazo relativamente curto. A existência de aplicação alternativa em títulos públicos federais, ativos negociáveis com vantajosa combinação de alta rentabilidade e baixíssimo risco, faz com que os investidores e os bancos não ampliem a concessão de dívidas e de crédito. Os bancos somente concedem financiamento de longo prazo como recursos direcionados ou com *funding* externo.

Neste contexto, impôs-se a necessidade de transferências do Tesouro Nacional para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no montante de R\$ 410,8 bilhões, entre 2008 e 2014, bem como a capitalização do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica – em torno de R\$ 57,5 bilhões. Tal movimento permitiu a montagem de engenharias financeiras e/ou patrimoniais visando o financiamento de diversos projetos de infraestrutura, como mostra o capítulo do Fernando Costa.

Esses arranjos societários envolvem as instituições financeiras públicas federais – BNDES, BB, Caixa –, as empresas estatais (Petrobras, Eletrobras, Vale etc.) e os fundos de pensão patrocinados por empresas estatais – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), Fundação dos Economistas Federais (Funcef) etc. –, cujos Conselhos de Administração são compartilhados com “voto de Minerva” da instituição patrocinadora –, e as empresas privadas (nacionais ou estrangeiras). O Tesouro Nacional, em última análise, oferece aos investidores risco soberano, para captar em longo prazo, tanto no mercado financeiro doméstico, como no internacional, e possibilita aos bancos públicos federais a realocação dos recursos em prazos adequados ao financiamento dos setores prioritários para o desenvolvimento brasileiro.

São iniciativas e avanços relevantes, mas ainda de pouca monta, sem permitir o equacionamento do padrão de financiamento em reais do investimento produtivo e da infraestrutura na economia brasileira.

Rumos – No livro, é defendido que o país deve reinventar as forças de seu crescimento, levando-o a uma políti-



Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro
André Bojikian, André Martins Biancarelli,
Marcos Antonio Macedo Cintra (orgs.)
Ipea, 643p., 2014.

ca de conteúdo desenvolvimentista. O que seria esse novo desenvolvimentismo? Difere-se do conceito histórico de desenvolvimentismo, tal qual o conhecemos?

Cintra – O capítulo do Pedro Fonseca procura exatamente delimitar o conceito de desenvolvimentismo, a partir da experiência histórica latino-americana. Argumenta que o emprego do termo desenvolvimentismo qualifica distintos fenômenos, do passado e do presente. Essa polissemia se converte em ambiguidade, algumas vezes refere-se a uma política econômica executada por governos da América Latina no século XX, outras vezes centra-se no pensamento econômico da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

Pedro Fonseca explorou a extensão e as possibilidades de uso do conceito, a partir de algumas experiências governamentais, bem como novos atributos que apareceram ou se reforçaram como “valores” nas últimas décadas – tais como democracia, defesa do meio ambiente, estabilidade econômica etc. Conclui, então, que, “apesar das objeções que o desenvolvimentismo vem recebendo de diferentes segmentos, o mesmo dá sinais inequívocos de que está vivo, seja por apresentar defensores, seja pelo fato de servir como alvo para seus críticos; antes que superado, tudo sugere que os “problemas” que deram ensejo ao aparecimento do conceito – como consciência do “atraso”, do “subdesenvolvimento”, da “heterogeneidade estrutural” ou da “dependência” – ainda se fazem presentes. Assim sendo, parece improvável que ele caia em desuso e não granjeie adeptos, embora seu programa como projeto de superação do *status quo* exija permanente reatualização”. ■